

Conservadorismo sem credenciais

Quando o professor tenta ensinar aquilo que ele próprio não domina

Sérgio Rodrigues

Escritor e jornalista, autor de "A Vida Portuguesa" e "Uma Língua Brasileira"

O linguista Sérgio Possenti, professor da Unicamp, reproduziu semana passada em seu Facebook a chamada de uma das páginas de português que pulam na internet: "6 palavras em português que todo mundo erra o plural".

Comentário de Possenti, preciso: "Pessoas querem ensinar português 'correto' mas não conseguem formular o enunciado segundo as regras que defendem (ou defenderiam)".

Completar explicação. A língua padrão que os profis-

nas de português buscam ensinar obrigatoriamente o reator a escrever "palavras cujo plural to do mundo erra". Ou quem sabe, mesclando mais na frase para evitar o já raro cujo, "casos de palavras em que todo mundo erra o plural".

A forma que usou, com o "que" introduzindo o oração subordinada, chama-se "relativa cortadora" — por cortar a preposição — e é consagrada na linguagem oral todo mundo diz "o sabor que eu gosto", mesmo que ao escrever use o po-

drão "o sabor de que eu gosto". O problema com o caso apontado por Possenti não é tanto o gramático, mas a desconexão de forma e conteúdo — a pretensão do instrutor de imprimir um código que ele próprio demonstra não dominar.

Do discurso midiático sobre o português, isso é muito. Muitas vezes o normativismo mais intransigente é apregoado por quem não consegue nem pagar a taxa de inscrição no clube. "Português é o que nessa página fala sobre!"

Mesmo assim, o episódio de agora me deixou pensativo. E se o problema do conservadorismo que não está a altura de si mesmo for além das páginas de português? Poderia ser essa uma constante cultural em nosso país: mal-educado, descalço e fustigado por troças a rigor? Só um levantamento amplo poderia confirmar a tese. Sequei dois casos restritos, mas factuais.

Em abril de 2022, o então presidente do Superior Tribunal Militar, general Luís Carlos Gomes Mattos, submeteu a gramática

a serviços severos ao protestar contra a revelação, pelo historiador Carlos Fico, de diálogos em que o STM debatia casos de tortura durante a ditadura de 1964. Somos abissalmente (sic) transparentes (sic) nos nossos julgamentos (sic), disse o general. "Então aquilo aí (sic), a gente já sabe os motivos do porquê (sic) que isso tem acontecendo (sic) agora, nesses últimos dias aí, seguidamente, por várias direções, querem o atingir Forças Armadas."

Gomes Mattos enfatizou ainda a importância de cuidar "da disciplina, da hierarquia que são nossos pilares (das) nas Forças Armadas". Mas disciplina e hierarquia não deveriam ser princípios organizadores da linguagem também? Que conservadorismo é esse?

No início de fevereiro, o reitor da USP publicou uma nota em resposta a uma coluna em

que Conrado Hübner Mendes fazia críticas ao STF. Frustrado o fato evidente de que a coluna de Mendes expressava a opinião de Mendes, não da USP, Carlos Gilberto Carloti Junior escreveu que "a liberdade de cátedra se trata de prerrogativa exclusiva dos docentes".

Sim, é verdade que a expressão "impresso" "tratar-se de" tem sido usada por aí com sujeito, como se fosse um "ser" de gravata borboleta. Trata-se de mais um caso de hiper-correção, fenômeno que nasce do cruzamento da insegurança linguística com nossas velhas burocracias.

Não é menos verdadeiro que a norma culta do português (ainda?) condena com firmeza esse uso, o que torna digno de nota sua presença num comunicado público emitido pelo mais alto escalão da universidade mais importante do país.

JOÃO, Antônio Prata | SÉ, Marcia Castro, Giovana Madaleno | TRE, Vera Iaconelli | JOA, Ilona Szabó de Carvalho, Iaino Marques | SÉ, Sérgio Rodrigues | SÉ, Tati Bernardi | SÉ, Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Marajó não é a pior no ranking de crime sexual, diz promotora

Região no Pará voltou a ser assunto após artista falar de suspeitas de pedofilia

Isabella Menon

SÃO PAULO. Na semana passada, viralizou um vídeo em que a artista gospel Aymê Rocha cantava sobre as mazelas da Ilha do Marajó, no Pará. Nela, Aymê fala sobre pedofilia, exploração sexual infantil e até tráfico de órgãos na região.

O vídeo gerou debates em relação à região, marcada por pobreza e violência, mas também é alvo de fake news. Um dos exemplos foi quando a senadora Damaris Alves disse, em 2022, que crianças da região tinham os dentes arrancados para facilitar o acesso e comiam alimentos pastosos para serem submetidas ao sexo anal — denúncias que nunca foram comprovadas.

Destá vez, após o vídeo de Aymê dominar as redes sociais, influenciadores divulgaram campanhas para arrecadar dinheiro. Ao mesmo tempo, organizações pediram cuidado para a disseminação de informações.

O Observatório do Marajó publicou nota que afirma que a população não normaliza violências contra crianças. "Insiste nesta narrativa quem quer propagar a desonra o povo marajoara", diz a organização, que faz acompanhamento de políticas públicas. O Marajó é um arquipélago com 16 municípios que sofrem com falta de infraestrutura e dificuldade de acesso.

Denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes não são novidade. Desde 2006, o bispo dom José Luís Accorin relatou esses crimes praticados no arquipélago. Em 2020, uma reportagem da Folha mostrou que meninas se prostituíam pelo mesmo preço de um cachorro-quente.

Na última semana, o Ministério Público do Pará disse que o crime com maior incidência é o estupro de vulnerável, que ocorre em maior número em outros municípios fora do arquipélago do Marajó e que não há relatos de crimes relacionados ao tráfico de órgãos.

Paula Camacho, promotora de Justiça de Portel e Breves (cidades localizadas no arquipélago), afirma que a região sofre com problemas relacionados a crimes sexuais. "Sim, acontece, mas não vivenciamos, combatemos e não estamos nos piores rankings".

"Lidamos com um dos piores IDs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país, isso se torna um solo fértil para todo tipo de cometimento de crime e de vulnerabilidade", afirma Camacho. Todos os municípios do arquipélago estão entre os piores do Brasil no ranking da ONU, inclusive aquele com o valor mais bai-

xo do país: a ilha de Melgaço. A promotora cita, entre as dificuldades, a falta de um centro de perícia na região para a realização de laudos sexológicos.

Após a repercussão do vídeo, surgiram denúncias sobre uma suposta operação da Polícia Federal que teria encontrado um cemitério clandestino. Camacho procurou a PF, porém o órgão não identificou nenhum procedimento instaurado sobre o caso.

"Não posso dizer categoricamente que estes crimes [tráfico humano e de órgãos] não existem. Mas, se grupos missionários têm conhecimento dessas situações, é importante que repassem as autoridades", diz.

A freira Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, presidente do Instituto de Direitos Humanos Dom José Luís Accorin, atua na região desde os anos 2000 e relata já ter visto situações em que crianças e adolescentes entraram em embarcações para vender produtos. "É difícil dizermos que todas que entram são exploradas. Porém, o que acontece lá é um mistério".

O problema de crimes sexuais, diz, é estrutural. "Tingui dois tipos de famílias sem condições e sem oportunidades de emprego, não vamos reverter essa situação".

Diante da repercussão do caso, o Ministério de Direitos Humanos da gestão Lula (PT) afirmou que desconstruiu, em 2022, a programação do governo de Jair Bolsonaro (PL) chamado Abrace o Marajó. Segundo a pasta, o programa foi alvo de denúncias, não realizou nenhuma ação concreta para a região e apenas seu a estigmatização do povo.

Em meados de 2022, a pasta criou o Programa Cidadania Marajó e afirma que o projeto tem como ênfase o "enfrentamento de violências sistêmicas de direitos huma-

nos ocorridas historicamente na região".

Procurado, o MPF (Ministério Público Federal) voltou a divulgar a nota em que afirma que, entre 2019 e 2023, em três inquéritos civis e um inquérito policial instaurados a partir de denúncias sobre supostos casos de tráfico internacional de crianças que teriam ocorrido desde 2019 no Marajó.

O ex-deputado federal Arnaldo Jordy (Cidadania) foi relator de uma CPI que, entre 2005 e 2009, investigou 100 mil casos de crimes sexuais contra crianças no Pará.

Em entrevista ao jornal, ele relembrava que a comissão garantiu a sentença de 48 pessoas. Destaca que a CPI conseguiu a condenação de pessoas ricas e influentes na região que tinham ligação com crimes sexuais, como deputados, prefeitos e empresários.

Sobre a viralização do vídeo da cantora Aymê, Jordy diz que a artista acertou ao chamar atenção dos problemas da região, que considera uma charge. Porém, diz que "a impressão que passa é que você anda pelos rios e as meninas estão se oferecendo para fazer serviços sexuais. Não é isso. Na maioria dos casos, a violência contra crianças acontece nas cidades".

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado no ano passado, todos os crimes sexuais apresentaram uma piora no Brasil. Em relação a estupro de vulnerável, foram 56,8% casos em 2022, um crescimento de 8% em relação a 2021.

A advogada Luciana Terner, professora da Faculdade de Direito da PUC-SP e presidente do Instituto Liberta, aponta que os estados amazônicos são espalhados e de difícil acesso.

"Há pequenas comunidades ao longo do rio e este isolamento, somado à vulnerabilidade social, causa esse cenário favorável para este tipo de crime".



Policiais militares fazem ronda em búfalos em Soure, na ilha do Marajó. Carlos Souza - 1 set. 2023/APP



Suspeito de destruir carro usado no caso Marielle é preso no RJ

Aléxia Souza

RIO DE JANEIRO. A Polícia Federal e o Ministério Público do Rio de Janeiro prenderam nesta quarta-feira (28) um do-no de ferro-velho suspeito de ter feito o desmanche e descartado o carro usado nos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, em 2018.

Edilson Barbosa dos Santos, conhecido como Orelha, foi preso em casa em Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A reportagem não conseguiu localizar a defesa do suspeito até a conclusão desta edição.

Ele foi denunciado pela Promotoria em agosto de 2023. Segundo o texto, ele teria impedito e atrapalhado as in-

vestigações do caso ao destruir o carro em um desmanche no morro da Pedreira, na zona norte do Rio. Ainda de acordo com os promotores, o suspeito é conhecido de Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz, ambos presos desde 2019, acusados de matar as vítimas e seu motorista.

Em sua delação, Queiroz disse que Orelha foi acionado pelo ex-bombeiro Maxwell Simões Corrêa, o Sud, para selvar de veículo usado no atentado de Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz. Orelha tinha contato com pessoas que possuem peças de carros. No delação, o ex-PM disse ainda que, dois dias depois do assassinato, ele e Ronnie levaram Orelha até o local onde estava o veículo, em uma praça em Brejo Marinho, na zona norte do Rio.

Elcio de Queiroz narrou que ficou sabendo por meio de Sud de que o Cobalt branco usado no crime foi para o "morro da Pedreira", onde havia um desmanche de veículos. A vereadora Marielle Franco (PSOL) foi assassinada no centro da cidade, junto com o motorista Anderson Gomes, na noite de 14 de março de 2018. O carro em que Marielle estava — e que era conduzido por Anderson — foi alvejado por 13 tiros. Os motivos e os mandantes do crime permanecem desconhecidos. Orelha foi levado para a Superintendência Regional da Polícia Federal, na zona portuária do Rio. Em seguida, será encaminhado ao sistema prisional, onde permanecerá à disposição da Justiça.

O advogado Bruno Castro, que representa Lessa, afirmou que seu cliente tinha preocupações com a família caso viesse a falar sobre o assassinato da vereadora. A colaboração ainda não foi homologada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), onde o caso corre em sigilo.

A Folha Castro disse que Lessa nunca demonstrou interesse em firmar uma colaboração premiada. No entanto, ele disse que sabia quem era responsável pela morte de Marielle, mas que, se falasse,

sua família ficaria em perigo. "A única coisa que ele me disse, há uns dois ou três anos, é que ele acreditava saber quem tinha matado a Marielle. Mas afirmou que, se falasse, a família dele morreria", disse o advogado. "Acho que ele nunca comentou sobre o interesse de fazer a delação", por saber que seu escritório não faz esse tipo de acordo.

A delação de Lessa foi a segunda a ser feita para chegar ao mandante do crime desde que a Polícia Federal assumiu o caso. Em julho do ano passado, Queiroz firmou um acordo de colaboração, oferecendo sua participação no crime e deu detalhes sobre a noite em que a vereadora foi morta.

A delação que Queiroz fez o caso avançar após cinco anos sem respostas sobre quem mandou matar Marielle. Após o depoimento do ex-PM, os investigadores chegaram a novas suspeitas de envolvimento de Domingos Brazão, conselheiro do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio). Como Brazão tem foro privilegiado, o inquérito foi enviado ao STJ em outubro do ano passado.

Ele disse estar tranquilo diante das citações de seu nome no caso do assassinato da vereadora e negou qualquer envolvimento com o crime.

"Se tem alguém que já foi investigado nesse processo, é o senhor Domingos Brazão", afirma.